

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício de 2022, a DTVM apresentou um lucro

de R\$ 148.896 mil, correspondente a R\$ 2.977,92 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 58.175 mil. Em 31 de dezembro de 2022, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 13.029,16, um aumento de 28,48% em relação ao período anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por três membros,

todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 28 de março de 2023.  
São Paulo, 28 de março de 2023

A Diretoria

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

	Nota	Dezembro 2022	Dezembro 2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>1.572.498</b>	<b>1.934.920</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.567.542	1.929.190
Disponibilidades		237	221
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.567.305	1.928.969
<b>Outros ativos</b>	<b>7</b>	<b>4.956</b>	<b>5.730</b>
<b>Não circulante</b>		<b>529.241</b>	<b>33.677</b>
Realizável a longo prazo		529.133	33.492
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>494.008</b>	<b>-</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	494.008	-
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>8b</b>	<b>7.358</b>	<b>6.820</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>7</b>	<b>27.767</b>	<b>26.672</b>
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
<b>Imobilizado</b>		<b>107</b>	<b>184</b>
Outras imobilizações de uso		743	811
(-) Depreciações acumuladas		(636)	(627)
<b>Total do ativo</b>		<b>2.101.739</b>	<b>1.968.597</b>

	Nota	Dezembro 2022	Dezembro 2021
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>1.417.990</b>	<b>1.430.746</b>
Negociação e intermediação de valores	6	1.346.503	1.388.211
Obrigações fiscais correntes	8a	65.824	38.082
Outros passivos	7	5.663	4.453
<b>Não circulante</b>		<b>32.291</b>	<b>30.789</b>
Obrigações fiscais diferidas	8b	5.154	4.661
Outros passivos	7	82	165
Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	9	27.055	25.963
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>651.458</b>	<b>507.062</b>
Capital social		325.000	274.104
Aumento de capital		25.500	-
Reservas de capital		2.584	2.584
Reservas de lucros		298.374	230.374
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.101.739</b>	<b>1.968.597</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Julho-Dezembro 2022	Janeiro-Dezembro 2022	Janeiro-Dezembro 2021
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>123.963</b>	<b>217.109</b>	<b>75.866</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		123.963	217.109	75.866
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>		<b>123.963</b>	<b>217.109</b>	<b>75.866</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>3.813</b>	<b>12.243</b>	<b>25.971</b>
Receitas de prestação de serviços	13a	25.657	55.180	60.726
Despesas de pessoal		(5.418)	(10.616)	(10.359)
Outras despesas administrativas	13b	(9.194)	(19.312)	(18.038)
Despesas tributárias		(7.067)	(12.914)	(6.615)
Outras despesas com provisões	9/13c	(892)	(1.444)	(540)
Outros resultados operacionais		727	1.349	797
<b>Resultado operacional</b>		<b>127.776</b>	<b>229.352</b>	<b>101.837</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>127.776</b>	<b>229.352</b>	<b>101.837</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>8</b>	<b>(39.840)</b>	<b>(80.456)</b>	<b>(43.662)</b>
Provisão para imposto de renda		(24.619)	(49.836)	(25.257)
Provisão para contribuição social		(15.226)	(30.665)	(18.464)
Ativo/passivo fiscal diferido		305	45	59
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>87.936</b>	<b>148.896</b>	<b>58.175</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>10</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>
<b>Lucro líquido por ação no final do período - R\$</b>		<b>1.759</b>	<b>2.978</b>	<b>1.164</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Subvenções para investimento	Legal	Estatutária			
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>274.104</b>	-	-	<b>2.584</b>	<b>31.903</b>	<b>140.296</b>	-	<b>448.887</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	58.175	58.175
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	2.909	-	-	(2.909)	-
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	(55.266)	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>274.104</b>	-	-	<b>2.584</b>	<b>34.812</b>	<b>195.562</b>	-	<b>507.062</b>
Aumento de capital	10	50.896	25.500	-	-	-	(50.896)	-	25.500
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	148.896	148.896
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	10	-	-	-	7.445	-	-	(7.445)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	-	111.451	-	(111.451)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 600 por ação)	10	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>325.000</b>	<b>25.500</b>	-	<b>2.584</b>	<b>42.257</b>	<b>256.117</b>	-	<b>651.458</b>
<b>Em 30 de junho de 2022</b>		<b>325.000</b>	-	-	<b>2.584</b>	<b>37.860</b>	<b>144.666</b>	<b>57.912</b>	<b>568.022</b>
Aumento de capital	10	-	25.500	-	-	-	-	-	25.500
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	87.936	87.936
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	10	-	-	-	4.397	-	-	(4.397)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	-	111.451	-	(111.451)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 600 por ação)	10	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>325.000</b>	<b>25.500</b>	-	<b>2.584</b>	<b>42.257</b>	<b>256.117</b>	-	<b>651.458</b>

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 28 de março de 2023.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818, do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site <https://www.jp.org.br/pr/disclosures>

#### 3. Principais práticas contábeis

**a) Atualização do resultado** - É apurado pelo regime de competência.  
**b) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.  
**c) Imobilizado** - Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

**d) Passivos circulante e não circulante** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

**e) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

**f) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% entre janeiro e julho de 2022. Para o período de agosto até dezembro de 2022, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 16%, conforme MP nº 1.115/2022 e Lei nº 14.446/2022. Para os meses de janeiro a junho de 2021, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 15% e de julho a dezembro de 2021, a CSLL foi calculada à alíquota de 20%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/22. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2022: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.

**g) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

**h) Dividendos e juros sobre capital próprio** - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e registrados em conta específica no patrimônio líquido.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Disponibilidades	237	221
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	1.567.305	1.928.969
<b>Total</b>	<b>1.567.542</b>	<b>1.929.190</b>

#### 5. Instrumentos financeiros

São representados por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a 1 ano.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	494.008	-
<b>Total</b>	<b>494.008</b>	<b>-</b>

**6. Negociação e intermediação de valores:** Referem-se a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 1.346.503 (dezembro de 2021 – R\$ 1.388.211), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

**7. Outros ativos e outros passivos:** Outros ativos estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias, no valor de R\$ 27.767 (dezembro de 2021 – R\$ 26.672) e rendas a receber no valor de R\$ 4.254 (dezembro de 2021 – R\$ 4.567). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 2.630 (dezembro de 2021 – R\$ 2.510), despesas administrativas no valor de R\$ 2.140 (dezembro de 2021 – R\$ 2.015) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 934 (dezembro de 2021 – R\$ 18).

**8. Imposto de renda e contribuição social**  
**a) Obrigações fiscais correntes** - Referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 65.330 (dezembro de 2021 – R\$ 36.240).  
**b) Ativos e obrigações fiscais diferidos** - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Contingências	5.870	5.433
Provisão de honorários advocatícios	847	769
Provisão para participações nos lucros	610	579
Outros	31	39
<b>Créditos tributários - ativo</b>	<b>7.358</b>	<b>6.820</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas - passivo</b>	<b>5.154</b>	<b>4.661</b>

Em 2022, foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 977 (dezembro de 2021 – R\$ 5.220) e realizado R\$ 439 (dezembro de 2021 – R\$ 500). Em 2022, foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 493 (dezembro de 2021 – R\$ 4.661). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 7.358 (dezembro de 2021 – R\$ 6.820) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
9%	2%	2%	5%	5%	9%	9%	18%	18%	23%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução BCB nº 2 os créditos tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. A Distribuidora considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.218 (dezembro de 2021 – R\$ 3.425). A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2022 e 2021.

**c) Resultado de imposto de renda e contribuição social** - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>229.352</b>	<b>101.837</b>
Juros sobre o Capital Próprio	(30.000)	-
<b>Resultado ajustado</b>	<b>199.352</b>	<b>101.837</b>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(81.734)	(45.827)
Efeito CSLL (i)	1.249	1.999
Outros	29	166
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	1.278	2.165
<b>Total da despesa de IRPJ e CSLL no período</b>	<b>(80.456)</b>	<b>(43.662)</b>

(1) Efeito da majoração de alíquota da CSLL conforme nota 3 (f).

**9. Passivos contingentes e obrigações legais:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentados:

#### I. Composição dos saldos patrimoniais

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais e previdenciárias - Obrigações legais	27.055	25.963
<b>Total</b>	<b>27.055</b>	<b>25.963</b>

#### II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias - Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total em dezembro de 2022	Total em dezembro de 2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>25.963</b>	<b>25.963</b>	<b>25.423</b>
Despesas financeiras - juros	-	1.244	1.244
Constituições	352	-	352
Reversões	-	(152)	(152)
Pagamentos	(352)	-	(352)
<b>Saldo final</b>	<b>27.055</b>	<b>27.055</b>	<b>25.963</b>

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) com repercussão geral, que resolveu, em fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) de natureza tributária perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário, supervenientemente, em sede de repercussão geral ou ação direta, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema.

A Distribuidora também é parte em um processo administrativo de natureza tributária cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis por sua condução. Trata-se de auto de infração referente a Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos líquidos auferidos por investidores não residentes, no valor de R\$ 468.676 (dezembro de 2021 – R\$ 423

...continuação

# J.P.Morgan

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

C.N.P.J. nº 33.851.205/0001-30

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A definição dos saldos de resultado não recorrente segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

(f) Em 2022 e 2021, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

(g) **Plano de implementação – Resolução CMN nº 4.966** - Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução nº 4.966, que estabelece critérios contábeis para o reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. A nova resolução substitui, principalmente, a Resolução nº 2.682 do CMN – que define a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras e também as Circulares nº 3.068 e nº 3.082, do BACEN, aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários. As principais diretrizes apresentadas pela norma são:

- a) Classificação dos ativos financeiros com base nos modelos de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa (SPPJ – somente em pagamentos de principal e juros) desses ativos nas seguintes categorias: Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes e Valor Justo no Resultado;
  - b) Avaliação da perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, os seguintes parâmetros: Probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito e expectativa de recuperação do instrumento financeiro;
  - c) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios de riscos de acordo com aumento significativo do risco de crédito.
- A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. No entanto, as instituições financeiras devem preparar e deixar à disposição do Banco Central um plano de adequação, estabelecendo os ajustes necessários e potenciais impactos para

adaptação à nova resolução. Levando em conta as diretrizes e requerimentos da nova regulamentação, o J.P. Morgan Brasil elaborou o plano de implementação segregando em duas grandes frentes de trabalho, sendo elas:

- **Fase 1 - Levantamento e Planejamento:** período estimado de 6 a 12 meses;
- **Fase 2 - Implementação:** período estimado de 12 meses.

A fase de levantamento e planejamento possui como principais desafios a revisão das assimetrias apresentadas pela nova regulamentação e a regulamentação vigente, além de também considerar a revisão da arquitetura tecnológica considerando a extensão das mudanças trazidas por tais normativos. A fase de implementação compreende o desenvolvimento tecnológico e a fase de testes para que a implementação ocorra de forma adequada.

O plano detalhado foi apresentado para a Diretoria, tendo sua aprovação no exercício de 2022.

**A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Azarias de Castro Feitosa Junior**  
**Daniel Darahem de Souza Coelho**  
**Decio Ramos Porchat de Assis**  
**Elizabeth Hinden D'Elia**

**Flávia Rocha Lima de Almeida Prado**  
**Jorge Constantino Bernardes dos Santos**  
**Mariana Plass Rizzo**

**DIRETOR-PRESIDENTE**

**Daniel Darahem de Souza Coelho**

**DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE**

**Jorge Constantino Bernardes dos Santos**

**CONTADOR**

**João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas

**J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023.



**PricewaterhouseCoopers**  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti  
 Contador CRC 1SP172940/O-6

